

+museu

Boletim do Museu Municipal de Palmela | n.º 26 - nov. 2022/mai. 2023

Editorial

Muito se passou este ano, que, velozmente, se aproxima do fim. Ainda no rescaldo – dizemos nós – de uma pandemia, uma nova guerra na Europa suspende-nos a respiração e deixa-nos na expectativa sobre o que aí vem. Passámos pela experiência dramática de um incêndio que, além de ter colocado em risco pessoas, animais, bens e o nosso património natural e cultural, transformou a paisagem que nos habituámos a ver através das muralhas do Castelo. E no confronto com estas experiências, constatamos a fragilidade humana perante as ameaças que enfrentamos. Mas é, também, este sentir que nos impulsiona e creio que esta edição do boletim +museu é bem demonstrativa desse nosso empenho.

O artigo «Um bago d'arroz – o arroz do povo» fala-nos da importância dos cereais na alimentação, tendo como foco o território de Algeruz, onde a cultura orizícola predominou a partir da segunda metade do século XIX e até 1963. Em maio de 1937, o jornal *O Setubalense* publicava uma reportagem que comparava Algeruz a uma «organização modelo, com a mais moderna Adega de Portugal» e um «centro produtor de Arroz de grande valia». O texto inicia com uma referência ao ano de 1917, quando a guerra fez disparar o valor dos cereais e, consequentemente, provocou o aumento dos preços dos géneros alimentícios, conforme testemunhamos hoje.

Em setembro, celebrámos as Jornadas Europeias do Património (JEP), este ano, sob o mote da sustentabilidade, sublinhando o papel ativo das comunidades e do património no processo de construção de um futuro mais sustentável e resiliente. Do conjunto de atividades realizadas, destacamos a visita inclusiva no decorrer da Feira Medieval de Palmela, em parceria com a Associação Bengala Mágica. Esta visita permitiu que pessoas cegas e com baixa visão pudessem fazer uma viagem ao século XII e explorar o espaço, nomeadamente, o acampamento das profissões, para tocar e sentir texturas, aromas e sons do saber-fazer.

A apresentação/discussão pública do programa museológico também integrou as JEP. Na Biblioteca Municipal de Palmela, reunimos parceiros, munícipes e pessoas interessadas na salvaguarda do Património, e debatemos a estratégia do Museu Municipal para os próximos 10 anos, com a certeza de que este processo participado, com o envolvimento da comunidade, é garante de cuidado, proteção e futuro.

Neste número, damos nota, igualmente, de três exposições que merecem uma visita. No Museu - A Estação, no Pinhal Novo, encontramos uma área dedicada ao Ser Ferroviário, com um conjunto de imagens que revelam, entre outra informação, rostos de outrora. Em Palmela, a exposição que assinala os 70 anos do Cine-Teatro S. João, inaugurada em julho, convoca memórias, mas fala-nos, também, do presente e porvir desta grande casa da cultura, onde a comunidade local se renova no contacto com as Artes. Ainda na vila, no Espaço Cidadão, «Balmalla Hins Al-Rábita» dá-nos conta da importância do Castelo ao longo dos séculos, através de uma leitura dos numerosos achados arqueológicos.

Tempo, ainda, para partilhar convosco as três distinções que o Museu Municipal de Palmela recebeu este ano: por parte da APOM, da Organização Mundial de Cidades e Governos Locais Unidos e do Finisterra Arrábida Film Art & Tourism Festival. Distinções que não se esgotam nelas próprias, mas que reforçam a nossa vontade de fazer sempre melhor.

O Presidente da Câmara



Álvaro Manuel Balseiro Amaro



Em investigação...

A breve síntese que aqui se apresenta resultou do estudo¹ iniciado com o processo de instalação do Núcleo Museológico do Vinho e da Vinha e *patrimonialização* da Adega de Algeruz (em 2005), terras onde a cultura do arroz vingou e cresceu, modelando a paisagem e as realidades sociais, económicas e culturais da região, particularmente, entre a segunda metade de Oitocentos e os anos 60 do século XX.

Dada a importância que a cultura do arroz tem na dieta alimentar, é nosso propósito dar um contributo para o saber acumulado sobre a cultura orizícola no território de Algeruz (freguesia de Palmela), que ali se desenvolveu, quase sempre, em conjunturas favoráveis², e numa dinâmica intermitente entre as práticas e os conhecimentos provenientes dos métodos tradicionais e as inovações técnicas.

«UM BAGO D'ARROZ - O ARROZ DO POVO»

ELEMENTOS PARA A HISTÓRIA DO ARROZ EM ALGERUZ [1858.1963]

Estava-se em guerra quando, em 1917, o aumento do preço dos cereais fez disparar os preços dos géneros alimentares, conforme hoje testemunhamos, embora com contornos muito diferentes (uma vez que a História não se repete, mas com modulações que tendem a assemelhar-se, nomeadamente com uma guerra, de impacto internacional, num dos 'celeiros' do mundo). Daí que, volvido pouco mais de um século, a generalidade dos estudiosos, como temos observado na imprensa, estabeleça um cenário de alguma semelhança, imposto pela guerra e pelos problemas globais gerados pela pandemia³ e pelos riscos climáticos⁴.

Com o pão e o arroz à cabeça da alimentação da dieta alimentar dos portugueses, o assunto da "carestia de vida" ocupa então as primeiras páginas da imprensa nacional, motivando reacções de insatisfação, preocupação e indignação.

Num artigo⁵, publicado no jornal *A Capital*, o colunista alerta para os "preços fabulosos" dos géneros alimentares praticados no país, acusando os proprietários e os vários agentes envolvidos na transação e distribuição deste género alimentar de açambarcamento ilegítimo (ao comprarem o arroz ainda na eira). Não obstante, o fim da importação do arroz proveniente de Bremen e de Veneza, imposto pela guerra (1914-1918), ter sido compensado pelo alargamento da área de cultivo do arroz (estendendo-se a novas sementeiras nos campos das Lezírias e na região de Leiria), o aumento da produção nacional não chegou para impedir a subida das cotações e a especulação do mercado.

Como sabemos, da crise energética e dos combustíveis à crise alimentar vai apenas um passo, uma vez que o encarecimento significativo da energia tem um impacto terrível na economia e na degradação crescente das condições climáticas e ambientais, ameaçando directamente a biodiversidade e a dinâmica dos ecossistemas (muito sensíveis a mudanças fortes) e afectando o sector agrícola e a produção alimentar (tanto de culturas, como dos restantes produtos

associados à produção animal, e outros). E tal como no passado, acentua-se, no actual cenário, um quadro dramático de crise ambiental e alimentar⁶ provocado pelas secas e pela escassez de água, com os riscos associados à escalada de preços dos bens alimentares (também estimulada pela quebra de produção⁷) e à perda de rendimento decorrente em larga parte da crise da pandemia agravada pela guerra.

1. 1858. ALGERUZ: A CULTURA DO ARROZ E O MÉTODO MILANÊS

Beneficiando do protecção do mercado nacional por via da pauta alfandegária (com a publicação de medidas restritivas à importação), a partir de 1852, a cultura do arroz toma a paisagem silvestre, alastrando e propagando-se pelo país⁸, não obstante as denúncias e reclamações por parte de populações e de autoridades administrativas devido ao agravamento da malária e das febres palúdicas⁹, a cultura do arroz continuou a ter grande procura¹⁰.

Na tentativa de esclarecer e atenuar a contestação sobre os muitos males de saúde associados à cultura orizícola, são publicadas várias medidas e regulamentação de protecção sanitária, aumentando os estudos de higienistas sobre as condições de salubridade da cultura em Portugal¹¹.

Neste sentido, em 1858, João e Iginio Gagliardi¹² dedicam ao Administrador do Concelho de Setúbal os seus préstimos e saber para "conservar a melhor *hygiene pública* e travar os efeitos *miasmáticos que assolam a Vila*", resultantes da imensa extensão de arrozais compreendidos na sua vizinhança¹³. No trabalho a que chamam *Memoria*¹⁴, elucidam dos *meios necessários* para aplicar em obras de salubridade na povoação e nas culturas estabelecidas, que dizem trazer «*vantagens [para] o agricultor com grande economia, (e torna "mais segura e abundante a colheita")*», neutralizando assim os tais "*efeitos miasmáticos*" tão receados pelas autoridades e pelas populações.

A comprová-lo, relatam a experiência inovadora¹⁵ de saneamentos dos solos¹⁶, realizada na herdade de Algeruz (onde eram rendeiros), inicialmente, num «prado de dois hectares», a que se seguiu as fazendas de Bem Gordo¹⁷ e Vala do Negro¹⁸.

Numa conjuntura de modernidade, favorecida pela política regeneradora do Fontismo¹⁹, executam em Algeruz trabalhos preparatórios de *enxugo, drenagem e correcção hidráulica*²⁰, onde criam prados artificiais (de meio hectare) adequados ao cultivo, em paralelo com «dois hectares e meio de arrozal» (estimando-se a safra anual em 15 toneladas de arroz)²¹.

No final de 1859, e em resultado de um conjunto de melhoramentos técnicos e da introdução de alguma mecanização²², os Gagliardi conseguiram converter os “terrenos baixos e muito húmidos” (argilo-arenosos) de Algeruz numa paisagem lavrada e cultivada, com 21 hectares de arroz.

Nas décadas seguintes, outras melhorias *infraestruturais* (com novos arroteamentos, mais e melhores fertilizantes, e a construção de redes viárias e ferroviárias) incrementam o crescente desenvolvimento económico, reivindicado por proprietários e lavradores²³.

A cultura do arroz passou então a definir a paisagem do Vale do Sado, varrendo as bordas do extenso estuário entre Alcácer do Sal e Comporta (Castro Henriques, 2020), estendendo-se por terras de Águas de Moura²⁴, a Algeruz. Almeida de Carvalho compara-a a «uma invasão que tem entrado pelo termo de Setúbal e quasi já bate às suas portas»²⁵.

¹ Estudo suportado num conjunto variado de fontes primárias (de natureza escrita, iconográfica e cartográfica, ou ligadas à memória oral), e em diversa bibliografia especializada, e tendo integrado a exposição temporária “D. Gregório Gonzalez Briz [1904.2004]” e, mais tarde, em 2017, uma comunicação realizada no âmbito do Encontro de Homenagem a Almeida Carvalho: Arqueologia Urbana e História Local (organizado em Setúbal, pelo MAEDS).

² Na presença de incentivos à produção nacional com uma pauta aduaneira restritiva à importação do cereal.

³ Com a chamada ‘gripe espanhola’, como ficou conhecida a pneumónica em Portugal.

⁴ Resultantes de um complexo conjunto de factores, como a alteração climática natural e a crescente pegada industrial, a redução dos recursos hídricos e os fenómenos da agricultura intensiva e de erosão da terra, ou o efeito multiplicador produzido pela guerra nas populações (com os deslocados e refugiados), são apenas alguns deles.

⁵ *Coisas D’este Tempo*, in *A Capital*, 1.10.1917.

⁶ Sob a ameaça crescente «de fome aguda que irá afectar 345 milhões de pessoas (dos quais 153 milhões são crianças)», segundo dados publicados pelas Nações Unidas (informação colhida em Notícias da ONU https://news.un.org/fr/story/2022/09/1127161?utm_source=UN+News

⁷ Que, como já referimos, são provocados pela crónica seca extrema, com a erosão dos solos e a falta de água para abastecimento (factores ligados à rega e irrigação), e pelas pragas de infestantes que assolam as searas.

⁸ Para maior aprofundamento sobre o assunto, Cf. *Relatório sobre a Cultura do Arroz...*, 1860.

⁹ Moléstia endémica conhecida por “febres intermitentes sazonais” que coincidem com a florestação dos arrozais. Doenças que, pelos seus efeitos nocivos à saúde, conduziu à publicação de várias medidas restritivas à cultura. O desiderato levou Hintze Ribeiro (ministro das Obras Públicas, Comércio e Indústria) a nomear uma Comissão de Estudo para avaliar das condições em Portugal. (V. Viana e Silva, 1955, pp. 27-32).

¹⁰ Cf. Pauta alfandegária 1852 (*Relatório...*, *ibid.*).

¹¹ É neste sentido que, em 1866, o engenheiro Manuel Raymundo Valladares foi encarregue pelo Governo para “em companhia do conductor Iginio Gagliardi, fazerem estudos hydraulicos dos terrenos paludosos e marginaes do Sado” (Cf. Fundo Almeida Carvalho, 8/29, ADS).

¹² João e Iginio Gagliardi (família de origem italiana, profissionais de trabalhos públicos de hidráulica e máquinas agrícolas) publicaram vários estudos documentando a visão higienista da modernidade. V. E. *Breves ideias acerca da higiene e da agricultura em Portugal*, Lisboa, Typ. Portuguesa, 1872.

¹³ Concelho que, no distrito de Lisboa, tem a segunda maior produção, em 1858, (com 332 hcl de semente de arroz e 5.624 hcl em casca), logo a seguir a Alcácer do Sal (com 1043 hcl em semente e 27.796 em casca). (Estatística de produção agrícola, Colheitas de Arroz (1853), Arquivo do Ministério das Obras Públicas).

¹⁴ *MEMORIA - Setúbal*, 1858.

¹⁵ Do sistema *Lombardo ou Milanês*, aplicado à cultura do arroz em Itália «onde o método reduziu as moléstias e as mortes endémicas são um caso raro» (*Memoria*, 7, e *Relatorio*, 1860, 561-563). Sistema também experienciado «em larga escala, nos valles de Calhariz (quinta dirigida pelos srs. Gagliardi, com “dois a três hectares de arroz”), Val de Reis, Portalegre, e agora em Águas de Moura [região que incluía uma parte de Algeruz]». (*O Cysne do Sado*, 1859, e *Relatório...*, 1860, 50).

¹⁶ Até aí paludosos e agora higienizados (adequados para agricultura de qualquer espécie), como nos «trabalhos [de enxugo] executados no Rio Frio e Pontão, onde hoje correm grandes massas [de água] no proveito da rega dos arrozais». (*O Cysne do Sado*, *ibid.*).

¹⁷ Onde, em 1833, existiu um campo de arrozal com produção superior a dez arrobas (Briz, *Escritura de compra de Algeruz*, 30.12.1884), cultura que, nos anos seguintes, foi proibida devido a «uma espantosa epidemia de febres». (*Relatório...*, *id.*, 271).

¹⁸ Todas elas, propriedades (de solos alagadiços e pantanosos da antiga zona húmida da estuarina do Sado), pertencentes a João Francisco d’Araújo.

¹⁹ Modelo desenvolvimentista apostado nos melhoramentos públicos e obras, e numa política agrária de incremento às culturas de gado e de sementes, e a um novo género de lavoura [com a cultura de arroz]. (*Relatório...*, 1860, *id.*, 354-355).

²⁰ Nivelando e terraplanando os terrenos, constroem valas de irrigação e canais artificiais de regulação das águas.

²¹ *O Cysne do Sado*, *ibid.*

²² Com a charrua de Dombasle. Utilizada especificamente na preparação dos solos argilosos da lavoura de cereais, o uso da charrua de Dombasle (máquina agrícola de fabrico francês) é revelador da modernização agrícola aqui executada. Sobre o assunto, V. *Génie Rural*, 1902, 215-239.

²³ Carvalho, *ibid.*

²⁴ Região que concentrava a maior extensão fundiária do sector orizícola (do distrito), e onde se instalou, em Águas de Moura, entre 1937 e 1939, o Instituto de Malariologia (antiga Estação de Combate ao Sazonismo). Sobre o assunto, Cf. ROSENDO (coord.), *Memórias do Instinto de Malariologia de Águas de Moura...*, Palmela: Câmara Municipal de Palmela/Museu Municipal, 2001.

²⁵ Carvalho, *id.*, 8/29.

2. ALGERUZ 1937. O ARROZ “CULTURA DE SUCESSO”

Na década de 1930, quase todo o sector agrícola, em Portugal, é atravessado por reformas mais ou menos significativas, existindo uma nova política agrária (como se dizia na época, virada para o fomento). Dirigida pelo Estado central e utilizando as suas várias ramificações regionais e locais, os efeitos não tardam a ser visíveis, com o aparecimento de empreendimentos de excepção em várias regiões, como o de Algeruz, esteio da mudança e da inovação (Campos, 2005), onde a corrente dita *desenvolvimentista* se plasma nas culturas orizícola e vitivinícola.

Esta nova realidade não aparece do nada, uma vez que, já na segunda metade do século XIX, se tinham realizado os primeiros arroteamentos e a introdução de novas culturas e a fixação de mão-de-obra, muito beneficiada por uma política do colonato²⁶, que aparentemente se revelou bastante eficaz.

Em Maio de 1937, o jornal regional *O Setubalense* publicava uma reportagem bastante impressionista, onde compara Algeruz a uma «*organização modelo, com a mais moderna Adega de Portugal*» e um «*centro produtor de Arroz de grande valia*»²⁷.

Esse ano foi de abundância na cultura de arroz²⁸ (Fig. 1). A propriedade dava trabalho a 250 famílias²⁹ nos meses de menor produção agrícola, e o número duplicava (para 500), na chamada época alta, quando os trabalhos na cultura do arroz e as vindimas exigiam o emprego de maior força de trabalho. Portanto, o trabalho e a sobrevivência material dependiam muito destes ciclos, dessa sazonalidade.

Integrada num desses ranchos³⁰, a trabalhadora Ludovina Loureiro (Fig. 2), recorda a sua vida em Algeruz, «*uma casa de muita gente e de muito movimento, fazia-se a monda do arroz e a seguir, a vindima*».

Vim no rancho para o trabalho da vinha de 1946. Um rancho de mulheres, contratado pelo meu pai que era o 'sota'. Vinhamos do Distrito de Viseu. Comecei a trabalhar nos arrozais. Era tudo cavado à enxada pelos homens do Norte, ranchos de quarenta a cinquenta, andavam a trabalhar ao dia e não eram contratados. Na lavra do Bem Gordo entrava bois para lavrar a terra do arroz, antes da plantação.

O 'arroeiro'³¹ era o responsável que todos os dias verificava as águas dos canteiros, tomava conta das lavras. Na monda arranca-se as ervas daninhas ao arroz plantado e mexe-se a água (faz-se duas a três vezes). Faz-se o tratamento com os adubos. Os homens à jorna, quatro, cinco e seis, iam pôr o adubo que levavam nos sacos de pano à tiracolo. O adubo fica no lodo. Vai-se pondo água e o arroz vai crescendo, até deitar espiga, dá pelos joelhos. As mulheres apanhavam o arroz, tirava-se a água dos canteiros. Ficava seco em lama. Com a foice cortava. Tínhamos de comprar as ferramentas, as foices.

Em Outubro faz-se a ceifa, no fim da vindima. Pela 'contrata' ganhava-se 100\$00 ao mês [em 1947] e cinco litros de azeite, cinco litros de feijão-frade e dez quilos de farinha de milho. Depois de 1947, ganhava 9\$00 ao dia; é menos do que de 'contrata' e não tinha direito ao arroz ou ao feijão³². Depois do assassinato de Catarina Eufémia, acabou "a contrata" [para os arrozais], e as mulheres passaram a receber à jorna: 9\$00 semanalmente [trabalho de oito horas, e recebiam ao sábado]³³.

Já a mão-de-obra assalariada (os jornaleiros) pertencia à colónia agrícola e, na época baixa, trabalhavam para a herdade, ganhando «*nos tempos do arroz (...) salários de treze e catorze escudos diários*», (*O Setubalense*, id, 2).



Fig. 2 - Retrato de Ludovina Loureiro [1924.2010]

Imagem datada do Carnaval de 1947. A trabalhadora do rancho posa junto à casa do Monte (de Algeruz), onde vivia com o pai, capataz do rancho. A casa situava-se em frente ao quartel do rancho feminino. Retrato 'trajado'³⁴, Ludovina Loureiro apresenta-se em traje de rancho, identificado pelo corpete em sarja preta, cintado e bordado com motivos regionais, fechado com atilhos sobre o peito e no cós da cintura. O fato (costurado pela própria) compõe-se de camisa em organdi, e a saia de tecido de chita. A camisa, de meia manga, com pescoço de meia gola pespontada, tem padrão de cor única. A saia, em padrão às florinhas, é franzida em pregas com elástico na cintura. Segura no pulso do braço direito uma bolsa (sacola). Ludovina Loureiro tem brincos de ouro e cabelo apanhado com ganchos e, ao pescoço, ostenta os sinais do seu dote de "donzela casadoira", representado nos dois cordões de malha trabalhada em ouro. Calça tamancas abertas, sem meias, típicas do vestuário regional nortenho.



Fig.1 - Chave do portão da eira do arroz. Monte de Algeruz



Fig. 3 - Bandeira do rancho dos ratinhos Século XX [s. d.]

Dim.: 83 x 66,5 cm. MATRIZ 2005.04.131 MMP
Documento têxtil, constituído por um pano principal em seda natural, bordado e decorado com flores em tecido. Agrega a imagem de Nossa Senhora da Atalaia em papel.



Fig. 4 - Bandeira (verso)

O guião, pintado, indica que a bandeira pertenceu ao «RANCHO DO EDUARDO JACINTO». Foi benzedo no Círio de NOSSA SENHORA DA ATALAIA», e oferecido à «HERDADE DE ALGERUS».

3. ALGERUZ 1963 O ANO TERMINAL DA CULTURA ORIZÍCOLA

O ano de 1963 é o último em que se produz arroz em Algeruz, sendo que isto acontece no quadro de um movimento de quebra e abandono determinado por factores conjunturais, muitos deles sentidos em quase todo o país.

Desde 1958 que Gregório Briz assinalava, nos Relatórios de exploração da Herdade de Algeruz³⁵, um grande desalento perante as exigências e dificuldades verificadas na cultura do arroz por via «dos aumentos contínuos e das despesas em mão-de-obra»³⁶ e de um conjunto de factores relacionados com as «técnicas e o clima que afectava a cultura», comprometendo a sua viabilidade em Algeruz.

As consequências da falta de mão-de-obra e os preços de comercialização (pouco competitivos para os produtores de arroz) são evidentes, verificando-se um gradual declínio da cultura orizícola a favor da cultura do vinho.

Segundo Gregório Briz (no Relatório), «a produção de 158.000 Kg de arroz em casca, foi inferior ao que se esperava, tendo em consideração a área cultivada»³⁷, quebra que justifica com a alteração do quadro climático desse ano, marcado «por um verão fresco demais para essa sementeira».

O documento também realça pontos positivos, alguns decorrentes de décadas de trabalho de higienização. Sobre a sementeira, relata «as melhorias introduzidas nas terras pantanosas do arroz conseguindo que fossem todas lavradas com um tractor que pesava seis mil kilos», quando, no século anterior, «a maior parte dessas terras não era possível lavar nem sequer com bois, pois nem o pessoal trabalhador se sustinha em pé em cima delas. A água do mar contida nos grandes muros chega, nas marés altas, a ter três metros de altura sobre o nível de algumas das terras de arroz citadas. E por isso, todas as pessoas e técnicos que conhecem esses problemas eram de opinião que era impossível sanear essas terras, mas o certo é que o temos conseguido»³⁸.

Sobre a situação, João Silva, antigo trabalhador da Herdade de Algeruz, recorda: «Aqui na propriedade [Monte de Algeruz], logo ali abaixo do karting, havia lavras; e uma parte lá em baixo, ao pé das Pontes - a gente chamava-lhe o 'salgadiço'. (...) depois, perto do Bem Gordo, parte que atascava muito. Tinha muitos 'olharões'. Chamava-lhe a gente 'olharões'. É lodo. A gente vai a andar, e vai por aí abaixo. As pessoas andavam até à cintura, sempre a mondar no lodo. Aqui [na ceifa], que me lembre, chegou a andar dois, três ranchos. Nesse ano [1963] foi o último.

Cada rancho tinha cinquenta pessoas, que traziam filhos. Gaiatos a trabalhar com doze anos, para carregar o arroz à padiola, eram filhos das mulheres que aí trabalhavam»³⁹.

Esta era a condição de Ercília Loureiro, que aos dez anos começou a trabalhar na Herdade de Algeruz, e relembra: «No início da Primavera, os campos enchiam-se de gente que trabalhava na monda

dos arrozais. Havia muitas lavras, muito arroz! Fazia a lavra e a monda. O rancho das mondas tinha dezenas de mulheres⁴⁰ e homens, começavam em Março e iam até Julho.

Em Abril, Maio, arrancava-se o arroz do alagamento onde era semeado para se plantar noutros já preparados. No final, em Julho, fazia-se a festa da monda. Vinham os acordéons, vinham tocar Íamos às silvas, que se dobravam em arco, enfeitados com rosas em papel, do antigo, muito colorido. Fazia-se o baile na Machoca de pinheiros [Herdade de Algeruz] - eram aí as lavras, à beira da estrada, onde há umas pontes; as lavras chegavam à estrada principal, daqui das Passadeiras por-aí-fora, até à estrada que vem de Setúbal, a Nacional 10. As raparigas preparavam-se nos seus trajos domingueiros, com chapéus dos trabalhos do campo, grandes, de palha, aparelhados para a festa. Íamos aos bailes e cantavam-se cantigas antigas. Éramos 50 mulheres e homens, ou mais.

Cantávamos em coro. Com os arcos engalanados fazíamos uma marcha, com uma bandeira de trapo, de várias cores, com uma cruz ao meio. Ainda me recorde de algumas dessas cantigas: - «Boa tarde, Sr. Olímpio/ chegámos em boa-hora/ vamos dar a despedida/ que inda hoje vamos embora». «Que ainda hoje vamos embora/que é hoje a nossa abalada/ boa tarde Sr. Olímpio/ e a toda a rapaziada». «Linda bandeira que não há igual/ e o nosso rancho que não tem rival/ um rancho inteiro está satisfeito/ porque o maneiro é um homem de respeito». «Vamos dar a despedida/ apartam-se os corações/ viva sempre toda a vida/ ao feitor e aos patrões»⁴¹.

Ainda a propósito do investimento no sector do arroz, Gregório Briz sublinha a introdução de algumas melhorias de carácter técnico, nomeadamente, nas instalações industriais «com a construção do novo silo de doze metros de altura, e uma casa para os motores da lavra do arroz», além de «modificações em edifícios - exigidas pela transformação para a mecanização - e arranjos diversos», que acompanhavam o investimento no parque mecanizado e a modernização da maquinaria agrícola em «conformidade com os melhores métodos, preconizados em agricultura»⁴².

Numa visão definida no Programa do II Plano Intercalar de Fomento Agrícola⁴³ (1959-1964), a Sociedade Agrícola de Algeruz inicia um ciclo de reconversão cultural, sustentado na renovação da composição de produtos agrários, apostando então em culturas de maior rendimento e um nível mais elevado de produtividade, com a plantação de um pomar de árvores de fruto.

A aposta nos citrinos⁴⁴ (plantaram-se cerca de 8000 árvores)⁴⁵ foi determinante para o abandono definitivo da cultura orizícola⁴⁶, afectada nos anos anteriores por uma crise de superprodução.

Tudo isto avança em Algeruz, sem perder de vista o modelo de expansão dos investimentos agrícolas centrado no primado da cultura do vinho.

Maria Leonor Campos
Museu Municipal de Palmela
(a autora não escreve segundo o Acordo Ortográfico de 1990)

²⁶ Fomentada pelos "ensaios de colonização", propunha a fixação de mão-de-obra necessária ao rendimento das grandes explorações, e a distribuição de parcelas de terra sob a forma de arrendamento ou em regime de foro. Em Algeruz deu origem a duas colónias agrícolas, a "antiga" (com 1863,78 Ha) e a "moderna" (com 596 Ha, aproximadamente). (O Setubalense, *ibid.*, e Briz, *ibid.*, e Planta de Algeruz [1950]).

²⁷ O Setubalense, 12-5-1937.

²⁸ Tendo-se verificado «uma produção superior às necessidades do país». Com valores de 86.243.500 kg em consumo, diminuiu substancialmente a importação, que baixou (em 1937), para 4.158.200 kg em relação aos valores do ano anterior (80.843.500 kg e 19.718.700 kg). (Dados da Estatística Agrícola, valores referentes a "arroz em casca"). Sobre o assunto, Cf. Vianna e Silva, *ibid.*

²⁹ Dos 80 colonos rendeiros da colónia.

³⁰ Tema que pode ser aprofundado em SAMPAIO, Teresa, *A Apropriação do apelativo Caramelo na Construção Identitária do Pinhal Novo*. Lisboa: ISCTE. Fevereiro, 2009.

³¹ Os arrozeiros eram formados nos cursos de instrução do Posto Experimental do Vale do Sado em Águas de Moura (XII Região agrícola) e habilitados em concursos de provas anuais.

³² Em conversa ocasional, Ludovina Loureiro contou que «comiam papas de farinha de milho moído e hortaliças».

³³ Testemunho de Ludovina Loureiro Marques [1924.2009]. Entrevista a Maria Leonor Campos, Algeruz, 2004. Museu Municipal de Palmela-Núcleo Museológico do Vinho e da Vinha (AFO).

³⁴ Inspirado no traje tradicional, segue o modelo etnográfico de época.

³⁵ Relatório que, em termos da cultura do arroz, se desdobra em dois capítulos: *Sementeira e Construções e arranjo de edifícios* (V. Briz, *Relatório de contas da Sociedade Agrícola de Algeruz*, de 1958 *ibid.*).

³⁶ Numa altura em que o país se confronta com o êxodo rural e uma dinâmica emigratória que acentua a falta de mão-de-obra no país, e que é coincidente com o início da guerra colonial (que incorpora a força de trabalho mais jovem nas fileiras do Exército).

³⁷ De 47,82 Ha, nos finais da década de 1940, (Planta da Herdade de Algeruz... [anos 50]).

³⁸ Relatório, *ibid.*

³⁹ Testemunho de João Silva [1953]. Entrevista a Maria Leonor Campos, Algeruz, 2004. Museu Municipal de Palmela-Núcleo Museológico do Vinho e da Vinha (AFO).

⁴⁰ Conhecidas por mondinas ou mondadeiras, a quem Cabral Adão chamou as *Flores do Arrozal* (título da obra que lhes dedicou).

⁴¹ Testemunho de Ercília Loureiro [1954]. Entrevista a Maria Leonor Campos, Brejos do Assa, 2017. Museu Municipal de Palmela (AFO).

⁴² *Escritura da Sociedade Agrícola de Algeruz* (3 de Março de 1947, p. 4), com sede no Monte da Herdade de Algeruz, concelho de Palmela (Briz, *id.*).

⁴³ Que encorajava a produção de outras culturas agrícolas (V. Plano para o Fomento Frutícola, 1962), e a expansão de sectores essenciais à alimentação das cidades.

⁴⁴ Cultura que beneficiou da abundância de água em Algeruz (com um sistema de rega de cerca de quarenta quilómetros de regadeiras). Com grande procura na indústria alimentar emergente, a cultura de citrinos era mais vantajosa e de retorno (tendo sido apoiada pelo Fundo de Melhoramentos agrícolas, era direccionada às explorações agrícolas com capacidade financeira).

⁴⁵ Segundo os testemunhos de Carlos Briz [1957], (proprietário e antigo gestor da Sociedade Agrícola de Algeruz), e Duarte Matos de Carvalho [1928-2020], (comissionista de vinhos). Entrevistas a Maria Leonor Campos, Algeruz (em 2004, 2006, e 2008). Museu Municipal de Palmela-Núcleo Museológico do Vinho e da Vinha (AFO).

⁴⁶ Com custos mais exigentes e afectada por uma contracção de mão-de-obra (V. nota 33).

⁴⁷ Dos quais, o mais significativo foi a aquisição de maquinaria moderna aumentando o parque mecanizado.

⁴⁸ Considerado o mealheiro das culturas, Algeruz produziu aproximadamente 1 milhão de litros de vinho. Segundo o seu enólogo, Gregório Briz, o vinho de Algeruz era «perfeito dentro do seu tipo comercial» (Briz, *ibid.*), e dos «melhores vinhos de pasto no panorama regional». (Duarte Matos de Carvalho, *ibid.*).

Créditos fotográficos: Adelino Chapa (2004)

Referências Bibliográficas

- CAMPOS, Maria Leonor, *O Património Fundiário de Algeruz* [1846-1986], 2005 (texto policopiado).
- CASTRO HENRIQUES, Isabel, Os «Pretos do Sado», Edições Colibri, Lisboa, 2020.
- PHILBERT, J. e ROUX, O., *GÉNIE RURAL*, Bibliothèque du Conducteur de Travaux Publics, Paris, 1902.
- GUIDE, Rough e HENSON, Robert, *Alterações Climáticas*, Civilização Editores, Lda, Porto, 2009.
- GAGLIARDI, João e Iginio, *Memória sobre a Construção de Canos de Despejo e Escoamento das Águas e sobre os Meios, que se Devem Empregar, para os Conservar Desinfecções*, Setúbal, edição da Typographia da Empresa do Setubalense, edição policopiada, 1858.
- LAINS, Pedro, Vinho Novo em Garrafas Velhas: crescimento agrário em Portugal, 1850-1950. *Análise Social*, V. XXXIX (170), 2004, 63-93.
- RELATÓRIO sobre a Cultura do Arroz em Portugal e sua Influência na Saúde Pública apresentado a sua Excelência o Sr. Ministro dos Negócios do Reino pela Comissão creada por Portaria de 16 de Maio de 1859 (Manuel José Ribeiro, Sebastião Bettamio de Almeida, João de Andrade Corvo); Lisboa, Imprensa Nacional, 1860.
- VIANA E SILVA, Manuel, Elementos para a História do Arroz em Portugal, sep. do *Boletim da Federação dos Grêmios da Lavoura da Beira Litoral*, Coimbra, 1955.
- CARTA AGRICOLA DE PORTUGAL (Folha agrícola 169), de Gerard Augusto Pery. Escala de 1/50.000. Levantada e construída na Direcção da Estatística e Carta Agrícola do Reino em 1892 e 1893, e publicada em 1897.
- "PLANTA DA HERDADE DE ALGERUZ e Outras Propriedades Pertencentes à Exma Sra D. Maria Briz Garcia", (s/d) [final da década de 40, início da década de 50 do século XX]. Escala: 1.5000. Museu Municipal (Matriz 2005.04.130).
- O CYSNE do SADO, Hebdomanário d'Instrução, Recreio e Annuncios, 1º Anno - n.º 3, n.º 5, n.º 7, e n.º 9, 1859. Órgão da imprensa regional.
- O SETUBALENSE, Diário Republicano da Noite, Setúbal, 13 de Maio de 1937.

Fontes manuscritas e impressas

- Arquivo de Família BRIZ - Escrituras e Relatórios do Monte de Algeruz [1884-1988].
- CARVALHO, Almeida, Pasta 8/29 e 26/2 (fol. 1-4), 1895. Arquivo Distrital de Setúbal (ADSTB).
- Estatística das Colheitas de Arroz (1853), Arquivo do Ministério das Obras Públicas.

Fontes Oraís

- Carlos Briz [1957]. Algeruz (Palmela), 2004 e 2006. Museu Municipal (AFO).
- Duarte Matos de Carvalho [1928-2020]. Quinta do Anjo (Palmela), 2008. Museu Municipal (AFO).
- Ercília Loureiro [1954]. Brejos do Assa (Palmela), 2017. Museu Municipal (AFO).
- João Silva [1953]. Algeruz (Palmela), 2004. Museu Municipal (AFO).
- Ludovina Loureiro [1924.2010]. Algeruz (Palmela), 2004. Museu Municipal (AFO).

Em destaque...

Novo Programa Museológico do Museu Municipal de Palmela

O Museu Municipal de Palmela tem publicado, desde 2004, o seu Programa Museológico. Volvidas quase duas décadas de mudança rápida e abrupta da realidade, sobretudo no que diz respeito à globalização e aos meios de comunicação, permitiu-nos, nos últimos anos, num processo longo e sereno, refletir e debater o papel dos Museus e, especificamente, o papel do Museu Municipal de Palmela no território e na região. Esta reflexão, que se concentrou primeiro na equipa interna, mas que foi posteriormente alargada à comunidade, deu origem ao novo Programa Museológico.

Coincidiu, no tempo, com a redação de uma nova definição de Museu, pelo ICOM:

«um museu é uma instituição permanente, sem fins lucrativos, ao serviço da sociedade, que investiga, coleciona, preserva, interpreta e expõe o património material e imaterial. Abertos ao público, acessíveis e inclusivos, os museus promovem a diversidade e a sustentabilidade. Atuam e comunicam de forma ética, profissional e com a participação das comunidades, oferecendo experiências variadas de educação, fruição, reflexão e troca de conhecimentos.»

26.ª Conferência Geral do ICOM, Praga (República Checa), 24 de agosto de 2022

Não nos alinhámos apenas no tempo, mas também na visão que temos sobre a importância dos museus. Nestas décadas, a sociedade mudou e estamos convictos, também, de que a museologia é parte integrante do mundo e dos seus problemas. Acreditamos que a nossa ação pode contribuir para a construção de um caminho comum sustentável, que dê resposta aos novos desafios.

Assim, para além dos temas que sobressaem no território, estamos seguros de que importa agir em matérias globais. As alterações climáticas são um dos maiores problemas que a humanidade enfrenta. Cabe também ao Museu não só o papel de traduzir o conhecimento que existe, como sensibilizar e promover uma alteração urgente e efetiva de comportamentos. O mesmo diz respeito, por exemplo, a tornar o património cultural inclusivo. Estamos, gradualmente, a trilhar um caminho que todos, todas e todes abarca.

Assim, através de um plano estratégico integrado, do qual a comunidade local é agente e destinatário privilegiado, o Museu Municipal de Palmela pretende rentabilizar e otimizar os seus recursos e contribuir para um futuro sustentável, inclusivo, dinâmico e inovador, num trabalho articulado com outras entidades/regiões.

Esta é nossa Visão. Esta é a nossa Missão.

VISÃO

Um museu reconhecido pela comunidade local, assim como por quem nos visita, como um espaço cultural acessível, inclusivo e inspirador, que interpreta o território e o mundo por meio da salvaguarda do património, da sua exposição e dinamização.

MISSÃO

Salvaguardar, investigar, interpretar e expor o património cultural do território, por meio de um diálogo permanente e inclusivo com a comunidade local, e numa articulação com os temas globais relevantes.

P'la equipa
Teresa Sampaio
Museu Municipal de Palmela



Apresentação/discussão pública do Programa Museológico, Biblioteca Municipal de Palmela, 30 de setembro de 2022

MUSEU MUNICIPAL DE PALMELA DISTINGUIDO

O Museu Municipal de Palmela recebeu uma Menção Honrosa nos Prémios da Associação Portuguesa de Museologia que, todos os anos, premeia o melhor que é realizado pelos museus portugueses e por outras entidades com projetos nesta área. Candidatámo-nos, pela primeira vez e, de entre as mais de 200 candidaturas, fomos distinguidos na categoria Inovação e Criatividade, com a maleta pedagógica «Hermenegildo Capelo».

Este recurso pedagógico, lançado em 2021, é dedicado a Hermenegildo Carlos de Brito Capelo, nascido no castelo de Palmela a 4 de fevereiro de 1841. A maleta é constituída por diversos materiais, físicos e digitais, dos quais se destacam os cadernos pedagógicos que resultaram da recente investigação realizada e que trouxe à luz alguns aspetos menos conhecidos da vida e obra do explorador; o bookgame (livro jogo) criado pelas empresas LuduScience Ideias e ciências, Lda. e a Academia EduScience, Ambientes de Ensino e Aprendizagem, Lda., que aborda a expedição de Angola a Moçambique (1884-85) de Capelo e Ivens, e que conjuga a matemática e a história; e o jogo digital «Capelo e Ivens» produzido pela empresa portuguesa RedCatPig.

O jogo digital foi financiado através do «Plano Inovador de Combate ao Insucesso Escolar de Palmela - Eu Conquisto o meu Sucesso», fruto da candidatura ao Programa Operacional da Região de Lisboa 2020 (Prioridade de Investimento 10.1 – Redução e prevenção do abandono escolar precoce e estabelecimento de condições de igualdade no acesso à educação infantil, primária e secundária, incluindo percursos de aprendizagem formais).

Este recurso, especialmente dirigido à comunidade educativa, está disponível também nas plataformas digitais¹.

Fomos também distinguidos, em junho, na 5.ª edição do prémio Cultura 21, pela Organização Mundial de Cidades de Governos Locais Unidos. Este prémio tem como objetivo reconhecer as cidades com as melhores práticas mundiais na promoção dos direitos culturais.

O Museu Municipal de Palmela candidatou-se com o projeto «No meu tempo... - visitas orientadas por Ferroviários», tendo sido distinguido entre os melhores na categoria de Inovação. O prémio foi atribuído a Buenos Aires e a Dublin.

O projeto «No meu tempo...» iniciou em 2021. Visa divulgar o Museu - A Estação e o Património Ferroviário através de visitas realizadas por antigos ferroviários. O convite, dirigido a estes antigos trabalhadores, tem como principais objetivos: valorizar as memórias e histórias de vida, perpetuando-as; promover o envelhecimento ativo; promover a intergeracionalidade e estimular o sentido de pertença na comunidade, assim como a ter um papel ativo na vida do Museu. Durante a Pandemia permitiu também combater o isolamento, visto que a população mais idosa foi também a mais afetada. Assim, garantindo as devidas condições de segurança, foi criada a oportunidade para que estas pessoas voltassem a sentir-se úteis e estimuladas, dando-lhes voz.

Este projeto só é possível porque a comunidade ferroviária aceitou o convite e disponibilizou-se para orientar as sessões. Esta distinção é-lhes, portanto, dirigida.

O projeto continua, com um calendário de visitas mensais. Está também prevista a realização de uma exposição e a edição de uma publicação em 2023.

Já em outubro, foi o Museu distinguido pelo Finisterra Arrábida Film Art & Tourism Festival, com o Special jury award pelo filme «Balmalla - Palmela, uma fortificação com mais de 1000 anos de história»², produzido em 2021.

O Castelo de Palmela, marco incontornável no território, é, desde a sua génese, ponto de encontro e de cruzamento de culturas. O Museu Municipal tem uma programação que visa dar corpo à sua história e contribuir para perpetuar esta interculturalidade. A visita encenada ao monumento é a atividade mais solicitada e foi o alicerce para a produção deste filme, que se constitui como um recurso pedagógico que ajuda a preparar a visita ou a complementá-la. É também um convite para que os diferentes públicos visitem o Monumento.

O argumento foi produzido pela equipa do Museu, a partir do guião da visita encenada que realizamos. Procurou-se dar corpo à história, a partir da seleção dos factos mais relevantes, de momentos cronologicamente mais determinantes e do conhecimento que possuímos sobre algumas das figuras históricas que aqui viveram ou que por aqui passaram, deixando a sua marca. A narrativa entremeia com dramatizações ficcionais ou inspiradas na tradição oral, como a cena da Moura Encantada.

A realização, filmagem e edição foram da responsabilidade do realizador João Bordeira e da sua equipa, e as personagens foram maioritariamente interpretadas pela equipa do Museu, num trabalho que durou vários meses.

O filme conta com Língua Gestual Portuguesa, tradução de Marisa Gomes.

A todos e todas que contribuíram para o trabalho realizado, o nosso muito obrigado!

A equipa
Museu Municipal de Palmela

¹ <https://www.cm-palmela.pt/viver/museu-e-patrimonio/servico-educativo/recursos-pedagogicos/jogo-digital-capelo-e-ivens>

² https://www.youtube.com/watch?v=Cai_p4J1Znc



Património Local...

Museu – A Estação. Rostos e emoções de uma colecção

Desde que o Museu – A Estação abriu, em Junho de 2021, identificámos um circuito que o público tende a trilhar de imediato: o visitante entra, olha em volta e, se antes não lhe sugerirmos um percurso, dirige-se e foca-se nos rostos de ferroviários que temos na zona expositiva denominada «Ser ferroviário». A imagem fotográfica apresentada em cartões de identidade de ferroviários e de seus filhos, pais ou irmãos que moram ou viveram em Pinhal Novo, ou que fizeram grande parte do seu percurso profissional nas linhas do Sul e Sueste, é observada pelo visitante; procura um familiar, um vizinho, um amigo e recorda-se de outras pessoas que aí não estão, mas que conheceu e quer lembrar. A emoção – surpresa prazerosa – é a primeira experiência no museu que fica em muitos dos adultos que nos visitam.

A relação estabelecida é gratificante para a equipa do museu – muitos dos primeiros visitantes, não só moradores na vila, voltaram após a primeira visita e trouxeram-nos mais bilhetes de identidade de ferroviários, «mais objectos para o museu». Porquê? São as pessoas a matéria-prima deste espaço museológico; é nos cartões com fotografia de época que está mais patente essa presença, tal como nalgumas entrevistas já apresentadas em vídeo ou depoimento escrito.

A investigação realizada para o museu¹ fez-se, em grande parte, de memórias de ferroviários e das suas famílias, das peças que guardaram com afecto nos seus «museus pessoais» e da forma como delas nos falaram todas essas pessoas. A selecção de peças de outras tipologias – além da documental – teve por base as memórias e as especializações dos profissionais de caminhos-de-ferro que moram em Pinhal Novo, por aqui terem nascido ou por cá se terem instalado, devido à profissão exercida e à centralidade deste entroncamento.

A recolha desta *emotiva* documentação – cartões ou bilhetes de identidade – garante-nos que, a pouco e pouco, teremos condições para criar um fundo representativo de décadas desta *tipologia* documental. Há uma promessa que cumpriremos: acrescentar a esses rostos em documentos mais rostos protagonistas da história das linhas Sul e Sueste. À observação das imagens fotográficas nos cartões, e dos próprios cartões enquanto documento, segue-se a sua contextualização no tempo: a análise da informação que cada um revela sobre o titular, a sua caracterização gráfica e a entidade empresarial ferroviária que os emitiu. Pensar as imagens criticamente impõe-se, tal como interpretá-las e organizá-las na exposição foi uma exigência no espaço disponível. Do papel aos bilhetes com banda magnética ou *chip* revela-se uma evolução nos meios de produção, na indústria das artes gráficas e nos métodos de controlo de circulação de passageiros.

A fotografia generalizou-se em finais do século XIX e passou a ser usada na certificação identitária² e também nos cartões de trabalhador de diversas empresas e em bilhetes de assinatura³. Enquanto representação identitária, e associada a uma série de outros dados de

foro pessoal e familiar, a fotografia para cartão/ bilhete de identidade é um auxiliar de construção da identidade e da biografia de cada um dos representados. Os cartões mais antigos foram guardados como recordação familiar de um ente querido e da sua profissão, e marcam o binómio presença-ausência do retratado.

À partida, estes documentos – destinados a uso diário ou mensal – seriam efémeros. De alguns nada restou, excepto a fotografia que se sabe ter sido de um destes bilhetes por ser a única imagem existente do familiar mais ou menos distante.

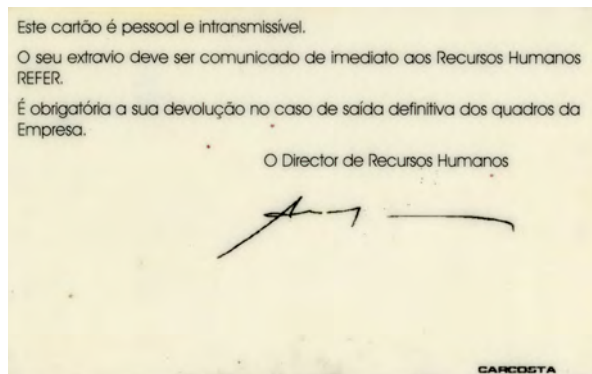
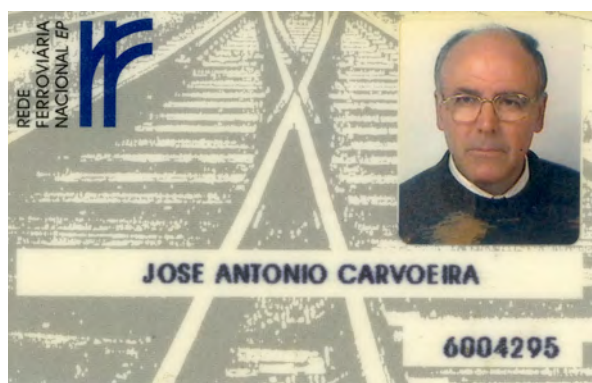
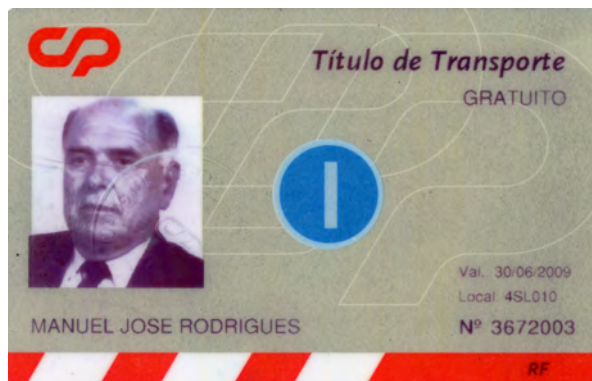
Deixamos alguns exemplos da diversidade⁴ de cartões de identidade que optámos por expor. Cada documento fala-nos de diferentes perfis da profissão ferroviária. Os mais antigos de que dispomos – todos da zona Sul e Sueste – datam de 1916, e foram-nos trazidos por José Manuel Simões e por Filomena Martins Vicente. No primeiro caso, o da avó Deolinda da Conceição Martins e o de sua mãe Virgínia da Conceição Martins, filha de ferroviário e mais tarde esposa de ferroviário; de Filomena, chegou-nos o cartão de seu bisavô materno João Martins. Sabemos de onde vieram estes rostos, que categoria profissional tinham no mundo dos caminhos-de-ferro os ferroviários a que estão associados; os benefícios de circulação que lhes dava a posse desse cartão estão impressos no verso de cada objecto.



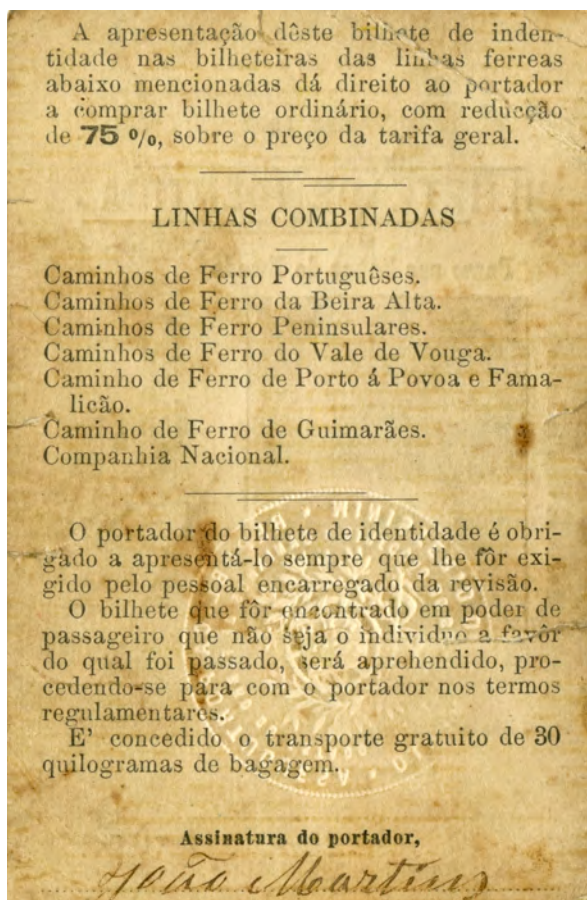
Cada imagem situa-nos numa época específica e reporta a um modo intencional de fotografar: representar a criança ou o adulto que podia usufruir de certas condições de circulação nos comboios, por ser familiar de ferroviário. Se olharmos para os cartões de Maria do Carmo, Deolinda Parreira, Carla Prego, Bernarda da Conceição e para a Assinatura mensal de Venília Franco, vemos crianças e adultas com distintos adereços e penteados que marcavam a moda à época. As esposas de ferroviários - e filhas solteiras, se não alterassem o seu estado civil - tinham esses benefícios vitalícios, tal como os filhos menores, e as mães que coabitavam com filhos ferroviários.



Distintos suportes identitários, emitidos por diversas empresas que se sucederam, representam outros ferroviários, de que são exemplo os casos de João Martins (já mencionado), Manuel Sanches Rolo, Manuel José Rodrigues ou José António Galhofas Carvoeira.

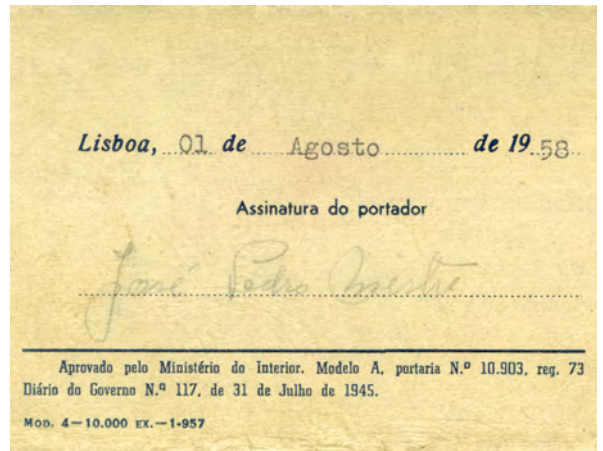


O universo associativo⁵ - sindical e de instituições de assistência na doença - do mundo ferroviário, está também presente. Através dos cartões de sócio dos sindicatos a que pertenciam Serafim da Encarnação e Manuel Martins de Sousa observam-se duas épocas, duas identidades gráficas, tal como nos cartões de sócio d'A Previdência do Ferroviário Reformado/Associação de Socorros Mútuos de Manuel Rosendo, admitido em 1931, e o de José Pedro Mestre, sócio do Grupo de Beneficência Ferroviário, desde 1958.



Verso do Cartão de Identidade de João Martins, Capataz, 1916-1917-1918





Este acervo cresce graças a quem no-lo confia: agradecemos a todos a partilha, que aqui alargamos. O mesmo fazemos com outros objectos que nos chegam, são tratados, estudados e depois expostos, em função do espaço disponível e da sua relevância museal. Dessas outras peças – algumas das quais, como a hulha ou fardas de Chefe de Estação e Guarda de Passagem de Nível, se pode tocar – aqui não falamos hoje. Venha vê-las ao Museu!

Maria Teresa Rosendo
Museu Municipal de Palmela
(a autora não escreve segundo o Acordo Ortográfico de 1990)



Notas

¹ Em 2008, num inquérito realizado pelo município à população da vila de Pinhal Novo, sobre a importância de criação de um museu na localidade, 93% (215 indivíduos) dos inquiridos aprovaram essa ideia. Quanto aos patrimónios que deveriam estar representados no futuro espaço museológico, 80,2% dos inquiridos assinalou o património ferroviário, seguido do património «caramelo» (66,1%).

² O bilhete de identidade obrigatório foi criado em 1919. Vide <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=3886605>

³ vide DOMINGUES, Joana Isabel da Silva – *Bilhetes de Assinatura. A coleção da Sociedade de Transportes Coletivos do Porto entre o último quartel do século XIX e a primeira década do século XXI*, Lisboa: ESAD, 2017 (Relatório de trabalho de investigação do âmbito do Mestrado em Design de Comunicação)

⁴ Também presente in Museu Nacional Ferroviário – in web acesso online à Coleção <https://coleccion.fmnf.pt/>

⁵ Sobre esta temática vide: GONÇALVES, Rafael Pereira – *Associativismo Social Ferroviário em Portugal: Mutualismo Previdência e Protecção (1866-1955)*, Lisboa: ISCTE, 2011 (Dissertação de Mestrado em História Moderna e Contemporânea)

Património Concelhio em documentos...

«Cine-Teatro S. João... em exposição»



O Cine-teatro São João é um equipamento cultural municipal, pólo de encontro e vivência, espaço aberto ao desenvolvimento e à fruição cultural.

Aquando da sua inauguração, em 1952, os habitantes da vila de Palmela e arredores passaram a usufruir de um cinema e de uma casa de espetáculos de grande qualidade. Um projeto ambicioso de Humberto da Silva Cardoso, que contava então com uma das cabines de projeção mais completas do país, e uma sala de espetáculo e foyers de uma beleza que impressionava, e que ainda impressiona.

Sete décadas passadas, o Cine-Teatro São João continua a ser um marco no concelho. Para celebrar o seu 70.º aniversário, o Município organizou uma programação diversificada, da qual sublinhamos a exposição «Cine-Teatro S. João em exposição».



Esta exposição é uma narrativa que, além de evocar e admirar o passado, pretende projetar o futuro. Aborda o projeto e a construção do edifício; os espetáculos e o cinema que lotavam a casa; as pessoas que deixaram de si para que o Cine-Teatro pudesse ser o que é; o futuro que, afinal, é o futuro de uma comunidade. Conta com duas áreas expositivas e espaços lúdicos e interativos onde se poderá resgatar memórias desta casa de cultura.



A inauguração decorreu no passado dia 25 de julho e está aberta para visita livre ou visita guiada, com marcação para patrimonio.cultural@cm-palmela.pt ou pelo telefone 21 233 66 40.

Rute Regula
Sandra Abreu Silva
Museu Municipal de Palmela

BALMALLA HISN AL-RÁBITA. PALMELA, UM CASTELO NA ARRÁBIDA

A Exposição temporária dedicada ao castelo de Palmela aborda a história da fortificação, desde a sua origem nos finais do século VIII, destacando o legado cultural da permanência muçulmana no castelo e na vila de Palmela, a que se juntam os marcantes vestígios da Ordem de Santiago, desde os últimos anos do século XII, até à data da sua extinção em 1834.

«(...) De lá, ele prosseguiu a sua rota em direcção à fortaleza de Palmela (Balmâlla); os ocupantes deste lugar propuseram-lhe a rendição e pediram ao amân o abandono do castelo, na condição de terem salvas as vidas e poderem regressar a território cristão. O soberano (...) deixou-os ir livremente (...)»

Al-Himyari, primeiro autor muçulmano que refere o castelo de Palmela, designando-o por Hisn Balmalla

Nenhum outro lugar na península da Arrábida reunia as condições de vigilância que Palmela oferecia ou se mostrava mais adequado à instalação dos senhores do poder. Os líderes Omíadas escolheram Palmela para a construção de uma robusta fortificação, nos finais do século VIII, onde fixaram a sua residência e instalaram a guarnição, numa altura de instabilidade na região e nas fronteiras a sul, entre lutas internas e frequentes ataques Vikings.

A primitiva fortificação desempenhava, com os castelos de Sesimbra e de Coima-a-Velha, um papel

estratégico na vigilância e defesa de toda a região interestuarina. Durante o século X, o pequeno forte retangular recebe várias torres para reforço da estrutura defensiva. Ao longo dos séculos seguintes, o espaço entre muralhas alargou-se, introduziram-se sucessivas estruturas com valências de armazenamento, artesanais e militares, para suprimir as necessidades registadas.

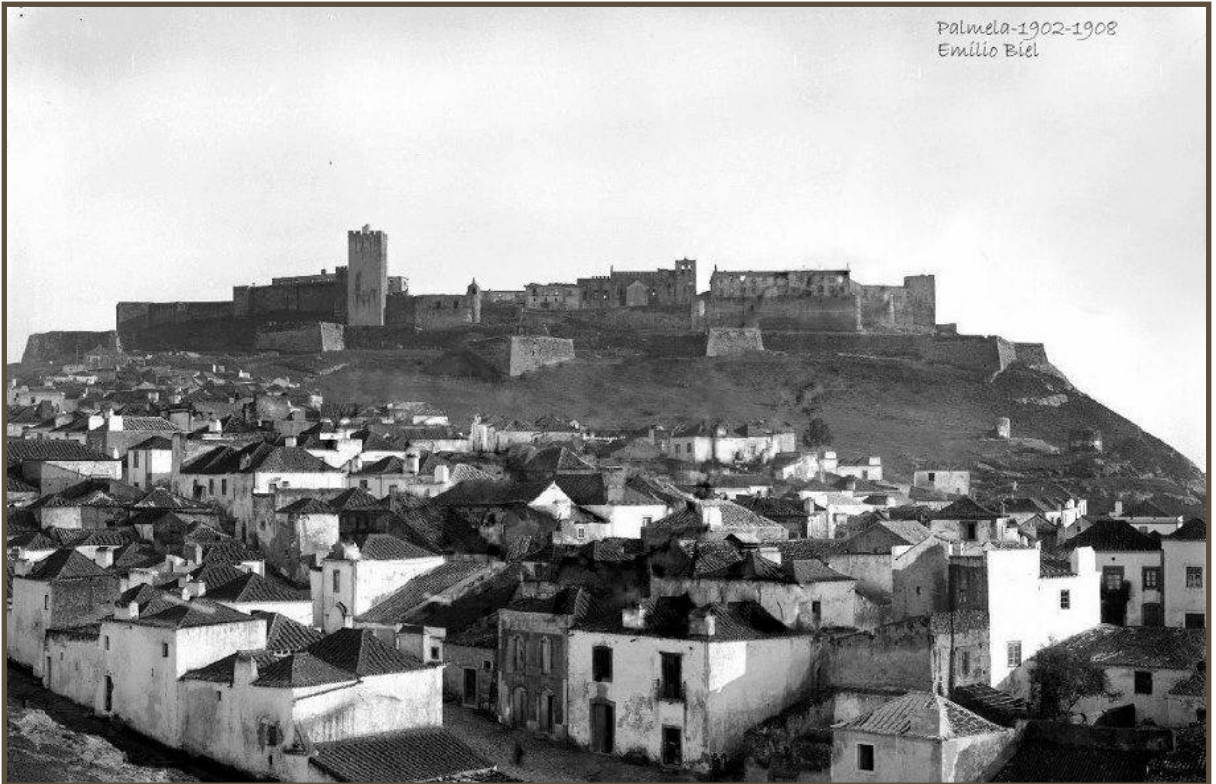
Depois da conquista de Palmela, em 1147, sucederam-se agitados avanços e recuos muçulmanos e cristãos, que marcaram os séculos XII e XIII e vincaram a importância de Palmela como território de fronteira.

O Castelo de Palmela foi doado aos freires de Santiago em 1186, numa tentativa de travar as investidas almóadas que representavam uma crescente ameaça. Em 1191, Palmela é tomada pelos exércitos liderados pelo comandante almóada Abû Ya'cub Yûsuf. Nas palavras de Ibn 'Idari al-Marrakusi descreve-se a rendição dos ocupantes, a violência e destruição destes ataques:

«(...) saqueou-se o que havia no castelo de móveis, provisões, armas e apetrechos, e logo mandou al-Mansûr derrubá-lo e arrasá-lo até às suas fundações. As cábilas de escravos do exército deixaram-no negro e desabitado como a superfície do deserto, tanto que o desconhecera os olhos e o habitaram os corvos (...)».



Castelo de Palmela, com a torre sineira na Igreja de Santa Maria. Fotografia de Emílio Biel. Início do século XX



A partir de 1194, já sob domínio português, a sede religioso-militar da Ordem funcionou no castelo de Palmela (e por aqui permaneceu até 1217, quando Alcácer do Sal é conquistada), restabelecendo-se o povoamento da vila.

Porém, é durante o reinado de D. João I que se decide transferir definitivamente a sede da Ordem de Santiago para Palmela, conduzindo à construção do novo convento e da Igreja de Santiago, cujas obras ficam terminadas em 1482. Os freires, vindos de Alcácer do Sal, passaram «*de hua parte para a outra a vinte & seis de Outubro do anno de 1482 (...)*» e rezaram na igreja as primeiras missas da manhã.

Desde então, outras obras e alterações ocorrem no castelo, sendo as mais significativas promovidas no tempo de D. Jorge, último mestre da Ordem de Santiago e filho natural do rei D. João II, com a beneficiação do convento e das duas igrejas, Santiago e Santa Maria. Já no século XX, as iniciativas da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, nas décadas de 30 a 70, realizam obras de restauro, seguindo as orientações ideológicas do Estado Novo.

Através da Arqueologia vamos conhecendo a história da ocupação e do quotidiano, dentro e fora da fortificação. As numerosas evidências materiais deixadas pelas antigas populações têm sido recuperadas pelos arqueólogos, revelando não só os elementos arquitetónicos, mas também as marcas do dia-a-dia: os recipientes cerâmicos que usavam, os restos dos alimentos que consumiam, os instrumentos de trabalho, os adornos, as peças de armamento, os espaços funerários.

Hoje, este monumento nacional é lugar de vivências múltiplas, recortado no horizonte entre os estuários do Tejo e do Sado, marco emblemático da paisagem da região Arrábida.

Aceite o nosso convite e visite a exposição que estará patente no Espaço Cidadão, em Palmela, até dia 15 de Setembro de 2023 (durante o horário de funcionamento da Junta de Freguesia de Palmela).

Michelle Teixeira Santos
Isabel Cristina F. Fernandes
Museu Municipal de Palmela e GEOS
(as autoras não escrevem segundo o Acordo Ortográfico de 1990)



Vista geral do Castelo de Palmela na atualidade



Taça com decoração a verde e manganês, representando uma figura humana. Peça muçulmana, recolhida no Castelo de Palmela.

Em agenda...

MUSEU – A ESTAÇÃO ANTIGA ESTAÇÃO FERROVIÁRIA DE PINHAL NOVO

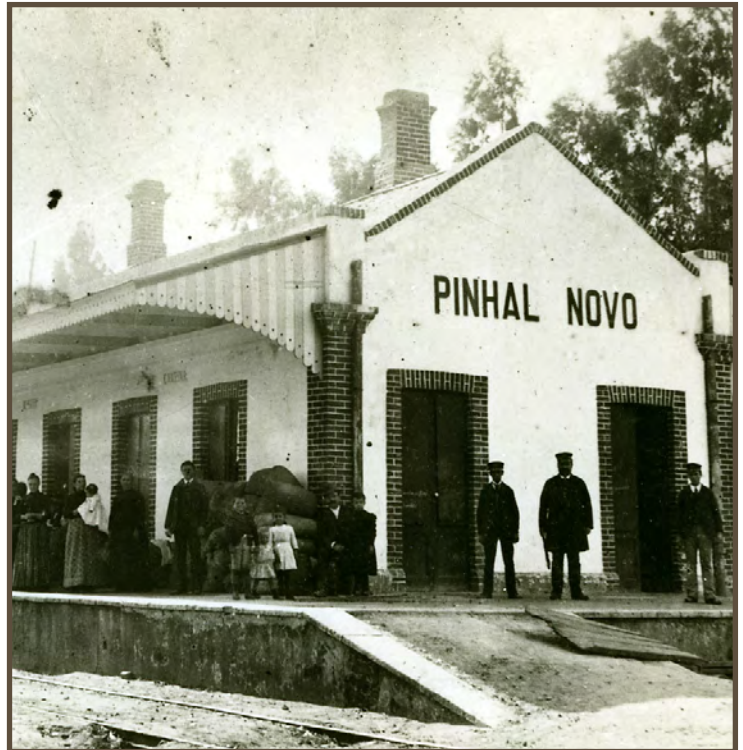
Visitas guiadas, 1.º sábado
de cada mês, às 15h00
5 novembro* | 4 março | 1 abril
6 maio

«No meu tempo...» - visitas
orientadas por ferroviários,
4.º sábado de cada mês, às 10h00
26 novembro | 25 março | 22 abril
27 maio

*Interpretação em Língua Gestual Portuguesa

Frequência gratuita, com limite de inscrições
até às 12h00 da antevéspera do dia da visita.

Informações e inscrições:
21 238 4171
patrimonio.cultural@cm-palmela.pt
Org.: Câmara Municipal de Palmela



Cine-Teatro S. João, Palmela

CINE – TEATRO S. JOÃO... EM EXPOSIÇÃO | EXPOSIÇÃO DE LONGA DURAÇÃO DEDICADA AOS SEUS 70 ANOS

Entrada gratuita (visita sujeita ao horário de funcionamento do Cine-Teatro S. João)

Contactos: 21 233 6640 | patrimonio.cultural@cm-palmela.pt
Org.: Câmara Municipal de Palmela



Cine-Teatro S. João, Palmela

FÉRIAS A CRESCER - IMAGENS EM MOVIMENTO

19 dezembro | 14h00 às 18h00

A sétima arte - o cinema!

Vamos brincar com a luz, a sombra e com o movimento. Vens?

Crianças dos 6 aos 11 anos, residentes, estudantes ou filhos de trabalhadores no concelho de Palmela.

Participação gratuita (min.15 e máx. 25 participantes).

Informações e inscrições (até 15 de dezembro) para:

212336640 | patrimonio.cultural@cm-palmela.pt

Espaço Cidadão, Palmela

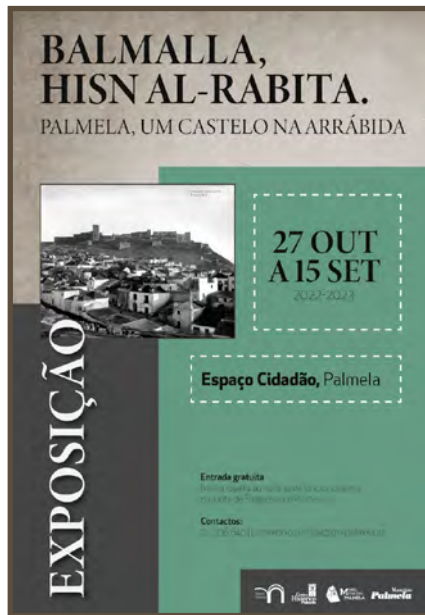
EXPOSIÇÃO BALMALLA HISPANIC RABITA.

PALMELA, UM CASTELO NA ARRÁBIDA

27 de outubro de 2022 a 15 de setembro de 2023

Exposição temporária dedicada ao Castelo de Palmela, uma fortificação de origem Omíada (séc. VIII) e lugar de vivências muçulmanas e cristãs. Entrada gratuita (visita sujeita ao horário de funcionamento da Junta de Freguesia de Palmela)

Contactos: 21 233 6640 | patrimonio.cultural@cm-palmela.pt
Org.: Câmara Municipal de Palmela



Centro histórico e castelo de Palmela

PASSEIO ORIENTADO

1.º sábado de cada mês: 4 março | 1 abril | 6 maio

09h30 – Passeio orientado ao Centro Histórico da Vila de Palmela

Ponto de encontro – Chafariz de D. Maria I

11h30 – Passeio orientado ao Castelo de Palmela

Ponto de encontro – Praça de Armas

Visitas orientadas por António Lameira, Voluntário do Museu Municipal de Palmela

Inscrições: 21 233 6640 | patrimonio.cultural@cm-palmela.pt

até às 12h00 das antevéspera do dia da visita.

Limite de inscrições: mínimo 6, máximo 15

Duração: 01h30 (em cada período)

Frequência gratuita

Org.: Câmara Municipal de Palmela

Publicações...

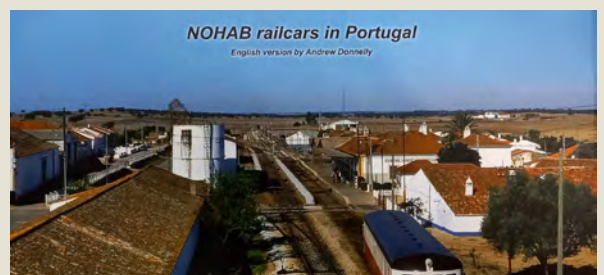
AAV – Variante de Alcácer, s.l., REFER, 2010

ALMEIDA, Jaime Fragoso de – O incrível comboio Larmanjat, Lisboa: Mediatexto, 2004

BORGES, Judith (Coord.) – Caminho-de-Ferro. Gentes e Memórias, s.l., Clube do Colecionador dos Correios, 2017

CUNHA, João – NOHAB. As automotoras em Portugal, Lisboa: APAC-Associação Portuguesa dos Caminhos dos Caminhos de Ferro, 2018

PEDREIRA, F. Cunha – Apontamentos para a história das carruagens dos Caminhos de Ferro Portugueses. Vol. I – Carruagens do Sul e Sueste, Lisboa: APAC-Associação Portuguesa dos Caminhos dos Caminhos de Ferro, 2019



SUMÁRIO

1 | Editorial

2 | Em Investigação...

«Um bago d'arroz - o arroz do povo». Elementos para a História do Arroz em Algeruz [1858.1963]

3 | Em destaque...

Novo Programa Museológico do Museu Municipal de Palmela
Museu Municipal de Palmela distinguido

4 | Património local...

Museu - A Estação. Rostos e emoções de uma colecção

5 | Património concelhio em documentos...

«Cine-Teatro S. João em exposição»

Balmalla Hisn Al-Rábita. Palmela, um castelo na Arrábida

6 | Em agenda...

7 | Publicações

CONTACTOS

Museu Municipal de Palmela – Divisão de Bibliotecas e Património Cultural (DBPC)

Câmara Municipal de Palmela

Largo do Município

2951-504 PALMELA

Telefone: 21 233 6640 | E-mail: patrimonio.cultural@cm-palmela.pt

FICHA TÉCNICA

Edição: : Câmara Municipal de Palmela | Coordenação editorial: Chefe de Divisão da DBPC | Colaboram neste número: Ana Margarida Bichinho, Maria Leonor Campos, Maria Teresa Rosendo, Michelle Teixeira Santos, Rute Regula, Isabel Cristina Fernandes, Sandra Abreu Silva

Impressão: Regiset

ISBN: 927-8497-27-X | **Depósito legal:** 196394/03